

## Tradução: Nomes Vazios e Entidades Ficcionalis

Saul Kripke

Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes  
Costa  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Aleph Cedrim Barbalho  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

### Informações do artigo

Submetido em 22/03/2023  
Aprovado em 12/12/2023  
Publicado em 15/01/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n1.p208-237>



Esta obra está licenciada sob uma licença  
Creative Commons CC BY 4.0

### Como ser citado (modelo ABNT)

COSTA, Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes;  
BARBALHO, Aleph. Nome Vazios e Entidade  
Ficcionalis. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 1, p.  
208-237, jan./abr. 2024.

Uma das maiores preocupações dos meus trabalhos anteriores (Kripke 1980)<sup>1</sup> é a semântica de nomes próprios e termos de tipos naturais. Uma clássica visão que Putnam mencionou, defendida por Mill, aponta que nomes próprios tem como suas funções simplesmente referir; eles têm denotação, mas não conotação. A visão alternativa, que até bem recentemente tem dominado o campo, tem sido a de Frege e Russell. Eles sustentam que nomes ordinários<sup>2</sup> tem conotação em um sentido muito forte: um nome próprio como “Napoleão” simplesmente significa *o homem tendo a maioria das propriedades que nós comumente atribuímos a Napoleão, tal como ser o Imperador da França, ter sido derrotado em Waterloo, e o que mais for semelhante a isto*. Claro, visões intermediárias podem ser sugeridas, e talvez tenham sido sugeridas.

Por variados termos gerais, como “vaca” e “tigre” ou “olmo” e “faia”, não apenas Frege e Russell, mas Mill também (provavelmente mais explicitamente do que os outros dois), sustentaram que eles têm conotação no sentido em que aprendemos o que é ser um tigre por ser dada uma lista de propriedades que formam condições necessárias e suficientes para ser um tigre. Em ambos os

<sup>1</sup> Agora este trabalho é bem conhecido, mas o presente artigo deve ser lido tendo em mente que ele era razoavelmente recente naquele tempo, e em seguida foi resumido novamente em parte.

<sup>2</sup> Russell também fala dos também chamados nomes logicamente próprios. Para estes, suas visões são próximas àquelas de Mill, mas ele argumenta que o que nós normalmente chamamos “nomes” não são, de fato, nomes logicamente próprios. É com nomes ordinários que eu estou preocupado quando eu falo da visão de Russell sobre nomes, e eu vou, daqui em diante, omitir a qualificação “ordinária”, apesar de que de acordo com Russell eles não são nomes “genuínos”. Veja a discussão mencionada na nota 14 abaixo, e Russell (1918-19) de maneira geral.

casos, tanto onde Mill e Frege-Russell discordam e onde Mill e Frege-Russell concordam, eu defendi a visão de que o consenso é largamente equivocado; que é a referência que é muito mais importante aqui do que qualquer suposto sentido.<sup>3</sup>

Eu quero discutir um aspecto deste problema hoje, desde que nenhuma consideração em favor da visão de Frege-Russell sobre nomes próprios tem parecido mais conclusiva do que o fato de que nomes podem algumas vezes ser vazios – que, por exemplo, eles podem ocorrer em ficções. Além disto, mesmo que eles de fato façam referência, é inteligível erguer a questão de se o referente alegado realmente existe. Talvez, perguntemos se Moisés como um personagem histórico realmente existiu e coisas semelhantes. O que nós podemos querer dizer com isto? Se a função do nomear fosse simplesmente referenciar, então nomes vazios pareceriam não ter nenhuma função semântica, mas claramente eles não falham em realizar uma função semântica, como qualquer um que desfruta um bom trabalho de ficção pode atestar. E mesmo que eles tenham referentes, nós podemos perguntar se, digamos, Moisés ou Napoleão realmente existiram. Nós não estamos questionando *dele* se ele realmente existiu, porque se nós estivéssemos levantando tal questão, a resposta deveria ser evidente. Desde que todos realmente existem, *aquela* pessoa também existe. É ininteligível, como Russell e Frege enfatizaram, perguntar de uma pessoa se ela realmente existe.

Agora para este problema a análise Frege-Russell, e suas modificações, provê uma boa solução. Se nós temos uma história – por exemplo, uma envolvendo Sherlock Holmes – dizer que Sherlock Holmes realmente existe é dizer que uma pessoa ou outra unicamente satisfaz as condições da história, ou em algum grau, a maioria ou o suficiente delas. Dizer que ele não existe é dizer que este não é o caso. Presumivelmente, se esta deve ser a análise da sentença, ela deveria aplicar-se também a situações contrafactuais. Dizer, “Sherlock

---

<sup>3</sup> Existem mais recentes modificações, mas aqui eu vou tratar delas juntas com Frege e Russell; muitos escritores – Wittgenstein (1953), Searle (1958), e outros – sustentaram que ao invés de uma lista fixa de propriedades formando condições necessárias e suficientes para ser Napoleão ou ser um tigre, deveria ser utilizado, em seu lugar, um conjunto de propriedades, cuja maior parte deve sustentar grosseiramente o objeto. Nem todas elas – ou pelo menos não muitas delas – poderiam falhar. Em Kripke (1980) eu argumento que esta modificação, não importando o que aqueles que a tenham feito pensaram, não supera realmente a maioria das objeções importantes à visão clássica (veja 31-33, 60-61, e 74-75).

Holmes teria existido (ou poderia ter existido) sob certas circunstâncias” é dizer que alguém teria unicamente interpretado o papel do detetive na história de Sherlock Holmes, ou poderia ter o interpretado sob tais circunstâncias. Nós podemos, então, substituir os nomes nas sentenças por quantificadores existenciais, substituindo “Sherlock Holmes existiu” por “Existe unicamente um homem satisfazendo as condições da história”. E estas deveriam ser condições necessárias e suficientes tanto sobre o mundo atual quanto sobre todos os mundos possíveis.

Alguns de vocês saberão que eu distingo entre as questões do que é necessário, se algo teria sido verdade em um mundo possível, e a questão epistemológica de se nós sabemos *a priori* que certas condições devem ser verdade no mundo atual. Assim existem duas questões aqui sobre a análise Frege-Russell. Primeiro, é verdade que perguntar se Moisés existe em uma dada situação contrafactual, ou se Sherlock Holmes existe, é perguntar se as coisas comumente ditas sobre eles teriam sido verdade em tal situação? Segundo, nós sabemos *a priori*, ou com algum tipo de avançada certeza sobre o mundo atual, que a existência de Moisés ou de Sherlock Holmes é materialmente equivalente no mundo atual à questão da existência de alguma pessoa única satisfazendo as condições da história? Estas questões são separáveis e distintas; Frege e Russell poderiam estar certos sobre uma e errados sobre outra. De qualquer modo, eles parecem ter uma boa solução para estes problemas que parece encaixar no que nós realmente perguntamos quando questionamos se realmente existiu um Sherlock Holmes – ou ao menos é o que parece à primeira vista.

Aqueles familiarizados com meu trabalho anterior saberão que eu acredito, por uma série de exemplos, que a análise Frege-Russell é errônea, como aplicada à linguagem natural, para ambos os casos. É errada, em geral, sobre as situações contrafactuais e é errada sobre o que nós podemos dizer *a priori* sobre o mundo atual. Seguramente, por exemplo, perguntar se sob certas circunstâncias Moisés teria existido não é perguntar se sob certas circunstâncias tal e tal eventos teriam ocorrido. Pois, primeiro, presumivelmente, Moisés pode ter existido e ainda sim não se envolvido na religião ou política, e por isso não ter realizado nenhum destes grandes feitos. As sentenças (isto é, uma contendo “Moisés” e a outra contendo uma descrição tipicamente associada com o nome),

que devem ter o mesmo valor de verdade em todos os mundos possíveis, são tais que nenhuma delas implica a outra em um mundo possível. Uma pode ser verdade e a outra falsa em ambas as direções.<sup>4</sup> Claro, podem existir certas (extremamente implausíveis, talvez nunca sustentadas) visões na filosofia da história que afirmem que existem grandes indivíduos unicamente conduzidos a realizar certas tarefas. Isto deve dificilmente ser assumido simplesmente para se seguir de uma análise de sentenças existenciais e de nomes próprios. Eu penso então que neste caso a análise Frege-Russell deve ser rejeitada. Em particular, descrever uma situação contrafactual como uma na qual Moisés teria ou não teria existido não é perguntar se quaisquer propriedades teriam sido instanciadas.<sup>5</sup> Isto é para opor o significado técnico que Frege deu à doutrina de que a existência não é um predicado. Uma sentença aparentemente singular da forma “Moisés existe” *não* é equivalente a qualquer sentença da forma “Tal e tal propriedades são instanciadas”, a menos que se tome a propriedade de ser Moisés como a propriedade em questão. Mas se você o fez, isto seria escrito na forma que Frege não gostava. Significaria, essencialmente, “Existe um  $y$ , tal que  $y$  é Moisés”.

Russell também sustentou que a existência não é um predicado.<sup>6</sup> Explicitamente o que o incomodou sobre esta propriedade é que ela seria

---

<sup>4</sup> Note que neste caso eu estou tomando “Moisés” como o nome de uma pessoa real, e até talvez assumindo a precisão essencial (se não precisão inteira) do creditado pelo Pentateuco. Eu estou, então, falando sobre situações contrafactuais, e argumentando que a existência de alguém satisfazendo o creditado no Pentateuco tem pouco a ver com se Moisés teria existido em uma dada situação contrafactual. (O caso de Moisés foi discutido em Kripke [1980:66-67], baseado no uso de Wittgenstein deste exemplo [1953:§79].)

<sup>5</sup> Claro, alguém poderia inventar uma propriedade “Moseizar”, como frequentemente proposto por Quine. Veja Quine (1940:149-50) e Quine (1960:176-80), e meu comentário em Kripke (1980:29). Tal propriedade artificialmente inventada não está em jogo aqui, e não é em si e por si objetável.

<sup>6</sup> Ambos, Frege e Russell, pensaram que a existência não pode ser um predicado de indivíduos, mas os identificam com a propriedade de “alto nível” expressa quando nós ligamos um quantificador existencial a um predicado de um-lugar. Frege disse que o erro de resguardar a existência como um predicado de indivíduos ao invés de (em sua terminologia) como um conceito de segundo-nível é o erro fundamental do argumento ontológico (veja Frege 1997:146, nota H). A visão de Russell é de fato similar à de Frege, apesar de formulada em termos da sua teoria das descrições, de modo que a ilusão de que há um predicado de indivíduos pode ser conectada à ilusão de que descrições são termos que se referem a objetos. Isto é claro a partir de Quine, que escreve: “Russell procurou resolver as anomalias da existência admitindo a palavra “existe” só em conexão com descrições, e explicando todo o contexto “( $x$ )(. . .  $x$  . . .) existe” como abreviação de “ $(\exists y)(x)(x=y.\exists . . . x . . .)$ ” [. . .] Este curso fornece um significado estritamente técnico para a declaração vaga de Kant de que “existe” não é um predicado; a saber, “existe” não é gramaticalmente combinável com uma variável para formar a matriz “ $y$  existe” (1940:151, citações omitidas). Mas é difícil ver como Frege ou Russell poderiam negar que “ $(\exists y)(y-x)$ ” é um

trivialmente verdade sobre tudo. Como Russell diz, “Não há qualquer tipo de propósito em um predicado que não poderia, concebivelmente ser falso. Quero dizer, é perfeitamente claro que, se se existisse tal coisa como a existência de indivíduos sobre a qual nós falamos, ela seria absolutamente impossível de não se aplicar, e isto é a característica de um erro” (Russell 1918-19:211). A premissa que Russell está usando aqui pode ser construída para ser correta. É necessário que tudo exista, ou que para todo  $x$  exista um  $y$ , tal que  $y$  seja  $x$ . Disto não se segue que nenhuma maneira que a existência seja uma propriedade trivial, no sentido de que tudo tem existência necessária. Simbolicamente, a diferença entre  $L(x)Ex$  (o fato que Russell traz à tona) e  $(x)LEx$ , que não se segue. Apenas se a segunda fórmula fosse verdade o predicado atribuindo existência a indivíduos seria trivial. Eu tenho discutido esta confusão como uma falácia modal em um artigo técnico sobre lógica modal (Kripke 1971:70)<sup>7</sup>. Se, de fato, a existência de um objeto particular é contingente, nós podemos dizer deste objeto que ele poderia não ter existido e não *teria* existido sob certas condições específicas. Por exemplo, eu não teria existido se meus pais nunca tivessem se conhecido. Então Moore está certo ao dizer, como contra Russell, que alguém pode dizer de algo particular que ele poderia não ter existido sob certas circunstâncias e não significar nada que tenha que ser analisado externamente em termos de se certas propriedades poderiam ou não poderiam ter sido instanciadas.<sup>8</sup>

Agora torne ao mundo atual. A visão de Frege e Russel asseriria que perguntar se Sherlock Holmes realmente existiu é perguntar se a história foi

---

“conceito de primeiro-nível” (ou predicado de indivíduos) que define a existência. Veja a discussão abaixo sobre existência necessária, e o argumento de Moore contra Russell na nota 9.

<sup>7</sup> Como eu disse em Kripke (1980:157-58), no qual algumas das visões que eu estou agora afirmando já estão resumidas, o uso de “Sherlock Holmes” como o nome de um atual, mas, não possível indivíduo agora me parece estar equivocado.

<sup>8</sup> Moore escreve:

N[o] caso de todo dado-sensorial que qualquer um já percebeu, a pessoa em questão poderia sempre dizer com verdade sobre o dado-sensorial em questão “Isto poderia não ter existido”; e eu não posso ver como isto poderia ser verdade, a menos que a proposição “Isto de fato existe” seja também verdade, e, portanto, as palavras “Isto existe” sejam significativas (1959:126).

O argumento de Moore obviamente se aplicaria a uma classe muito mais larga de objetos do que os dados-sensoriais. (Eu penso que a razão que ele está preocupado com os dados-sensoriais envolve as ideias de Russell sobre nomes logicamente próprios, em particular que “isto” é sempre usado como um nome logicamente próprio de um dado-sensorial.) E se alguém pensou que alguns objetos (digamos, números) *tivessem* existência necessária, isto seria um fato significativo sobre cada um destes objetos e deveria implicar a fortiori que o objeto existe.

substancialmente verdade de alguém (unicamente); e perguntar se Moisés existiu é perguntar se a história foi substancialmente verdade de alguém. Vamos, primeiro, tomar o caso no qual não é uma obra de ficção, no qual historiadores concluíram que os personagens realmente existiram. Eu discuti este caso em Kripke (1980:67-68). No caso de Moisés existir, uma resposta afirmativa implica que a história foi substancialmente verdade de alguém? Eu penso que aqui novamente Frege e Russell erraram, até ao falar sobre o mundo atual. Eles falham em distinguir entre uma lenda que é completamente um tecido de uma peça de roupa inteira sobre um personagem mítico e uma lenda que cresceu sobre um personagem de fato. No caso seguinte, nós podemos dizer que as histórias que chegaram até nós são lendárias e não foram verdade de ninguém, ainda que Moisés ou quem mais seja mencionado na história realmente tenha existido. De fato, eu citei um estudioso da Bíblia que diz exatamente isto sobre Jonas.<sup>9</sup>

Enquanto eu enfatizo sobre estes casos, a razão que nós podemos dizer que Jonas realmente existiu, apesar das histórias que chegaram a nós sobre ele serem substancialmente falsas, é que há uma cadeia história de comunicação na qual o nome, com talvez mudanças linguísticas, chegou até nós, nos guiando de volta até o homem Jonas ele mesmo e as histórias que foram erroneamente afirmadas sobre ele.

Suponha que as histórias de Sherlock Holmes fossem todas verdades de um único detetive: isto se soma para concluir que Sherlock Holmes realmente existiu? As capas protetoras de muitos livros deste tipo contradizem tal tese. A página de abertura pode dizer “Os personagens nesta obra são fictícios e qualquer semelhança com qualquer um vivo ou morto é pura coincidência”. O que se quer dizer com isto é que mesmo se por algum acidente bizarro as histórias contadas nesta obra forem substancialmente verdade de algumas pessoas em particular, e até verdade unicamente sobre elas, a semelhança é puramente fortuita e era desconhecida ao autor. (Na verdade, nós podemos ser

---

<sup>9</sup> Eu poderia ter ficado com Moisés em si. O famoso estudioso da Bíblia Martin Noth acreditava que realmente existiu um Moisés, mas que (em contraste a Wittgenstein 1953:§79, citado em Kripke 1980:31) ele não tinha nada a ver com o êxodo do Egito ou com a maioria das mais conhecidas coisas relacionadas a ele no Pentateuco. (O núcleo verdadeiro sobre ele é “orientação até a terra arável”.) Esta informação era provavelmente desconhecida a mim quando eu apresentei o presente artigo.

duvidosos de tal reivindicação, mas seguramente não é conceitualmente impossível.) Elas não são os referentes dos nomes que ocorrem na história, e é apenas uma coincidência que a história seja substancialmente verdade sobre elas. Se uma destas pessoas sobre quem a história era substancialmente verdade processasse judicialmente por invasão de privacidade ou talvez calúnia ou difamação, ela não ganharia o caso *unicamente* com base no estabelecimento de que a história era substancialmente verdade sobre ela. O juiz, se a coincidência realmente fosse estabelecida, iria decidir contra a demandante e contra Frege, Russell, Wittgenstein e Searle.<sup>10</sup> A razão, novamente, está na falta de uma conexão história a uma pessoa de fato, mesmo que as crenças sejam substancialmente verdade sobre a pessoa.

Isto é o suficiente como meio para suavizar. Se a teoria Frege-Russell está errada, então, claro, alguma proposta deve ser colocada à frente em seu lugar. Mas se a teoria deles (como concebida por padrão) não presta contas sobre os problemas da existência e aparentemente esvazia nomes que são intuitivamente corretos, então estes problemas, eles mesmos, não argumentam em favor da teoria deles como oposta a uma enfatizando referência ao invés de um sentido descritivo.

Deixe-me arriscar o que uma verdadeira prestação de contas deveria ser. Existem, na verdade, dois problemas diferentes. Um é que tipo de proposição é expressa usando um nome atual, um nome que realmente tenha referência: o que é expressa quando nós proferimos uma sentença existencial usando este nome? Assumimos que o nome “Moisés” se refere a um certo homem. Quando nós dizemos verdadeiramente que Moisés existiu, ou se disséssemos falsamente que Moisés não existiu, nós estamos sempre falando sobre *aquele homem*. A existência é neste sentido um predicado. Claro, se o homem está por aqui ele tem que satisfazer o predicado, e isto faz com que ele seja um bem especial. Mas apesar de nós podermos analisar isto como “ $(\exists y)(y = \text{Moisés})$ ,” nós não deveríamos tentar substituí-lo por qualquer coisa

---

<sup>10</sup> Eu fui depois informado de que minha afirmação não seria verdade na lei inglesa sobre difamação, que é muito favorável aos demandantes, mas seria verdade na lei dos Estados Unidos. Eu não verifiquei este assunto. O ponto conceitual que eu estou defendendo aqui não é realmente afetado (mesmo que a lei inglesa imponha algo como uma “responsabilidade estrita” aqui).

envolvendo uma instanciação de propriedades. Quando nós dizemos, “Moisés pode não ter existido e sob certas circunstâncias não teria existido”, nós estamos dizendo algo sobre uma certa pessoa, não sobre se os seus feitos teriam sido realizados sob certas circunstâncias. Sentenças quantificadas, como “Toda pessoa (de fato) pode não ter sequer existido”, faz perfeito sentido, e a existência é um predicado governado por um quantificador.

Como eu avisei com respeito a casos análogos em Kripke (1980), não importa que se Moisés não tivesse existido, pessoas não seriam capazes de fazer a afirmação negativa existencial. Ao invés disto, uma vez que podemos nos referir a Moisés, nós podemos descrever uma situação contrafactual na qual Moisés não teria existido. Não importa de maneira alguma que nesta situação as pessoas não poderiam dizer, “Moisés não existe”, ao menos usando “Moisés” do modo que nós estamos usando aqui. De fato, eu posso descrever uma situação contrafactual na qual eu não teria existido, apesar disto, se este fosse o caso eu não estaria por aqui para dizê-lo. Seria errado identificar a linguagem que pessoas *teriam*, dado que uma certa situação obtida, com a linguagem que *nós usamos para descrever como circunstâncias seriam* naquela situação. (Eu algumas vezes me deparei com esta identificação confusa, tanto na literatura publicada e em discussões.)

O que acontece no caso de uma obra de ficção? Uma obra de ficção, de maneira geral é claro, é uma pretensão de que o que está acontecendo realmente está acontecendo. Escrever uma obra de ficção é imaginar – tome um certo romance, por exemplo – que realmente existe um Sherlock Holmes, que o nome “Sherlock Holmes” como usado nesta história realmente se refere a um homem, Sherlock Holmes e assim por diante. É, então, presumivelmente parte da pretensão da história que o nome “Sherlock Holmes” seja realmente um nome e realmente tenha a função semântica ordinária dos nomes. Se alguém equivocadamente acreditou que o nome era não-vazio ou invés de vazio, isto seria parte do erro que isto é um nome tendo a função semântica ordinária dos nomes. Este princípio eu mal defini aqui, apenas como aplicado a obras de ficção, nós podemos levantar o princípio de pretensão. O que acontece em uma

obra de ficção é uma pretensão que as condições atuais obtêm.<sup>11</sup> Uma obra de ficção não precisa nem dizer que os nomes usados nela são os “nomes reais” dos personagens, os nomes que seus pais deram a eles ou o correto “nome de família”, ou o que seus amigos os chamavam, e assim por diante. Em *Lolita* (Nabokov 1955),<sup>12</sup> de fato, é afirmado que os nomes foram mudados para proteger os inocentes. E isto, também, é parte da pretensão.

Se é assim, o nome, é claro, não tem *realmente* qualquer referente, se *finge* que tem um referente; e se alguma visão como a de Mill é certa, e a função semântica do nomear é a referência, então se segue que aqui nós estamos apenas *pretendendo* referir a certa pessoa e dizer algo sobre ela. As proposições que ocorrem na história, então, não são proposições genuínas dizendo algo sobre alguma pessoa particular; elas são, ao invés disto, meramente

---

<sup>11</sup> Muitas outras pessoas sustentaram algo como isto. Mas quando eu dei esta palestra, e mesmo as subseqüentes *John Locke Lectures*, eu estava simplesmente desavisado de que este princípio é enunciado por Frege. Veja a seguinte passagem:

Nomes que falham em preencher o papel usual de um nome próprio, que é o de nomear algo, podem ser chamados de imitações de nomes próprios [*Scheineigennamen*]. Apesar do conto de William Tell ser uma lenda e não uma história e o nome “William Tell” ser uma imitação de nome próprio, nós não podemos negar a ele um sentido. Mas o sentido da sentença “William Tell atirou em uma maçã na cabeça do seu filho” [. . .] Eu caracterizo [. . .] como ficcional.

Ao invés de falar de “ficção”, nós poderíamos falar de “imitação de pensamentos” [*Scheingedanke*]. . . . Mesmo os pensamentos não devem ser levados a sério como nas ciências: eles são apenas imitações de pensamentos. Se o *Don Carlos* de Schiller devesse ser resguardado como uma peça de história, então a uma grande extensão o drama seria falso. Mas uma obra de ficção não deve ser tomada a sério neste sentido, de maneira nenhuma: é tudo encenação. Mesmo os nomes próprios no drama, apesar de que eles correspondem a nomes de personagens históricos, são imitações de nomes próprios; eles não devem ser tomados a sério na obra. . . .

Os lógicos não têm que se incomodar com imitações de pensamentos, apenas como um físico, que se propõe a investigar trovões, não vai prestar qualquer atenção a um trovão cenográfico. (Frege 1897:229-30)

Existem diversos quebra-cabeças criados por esta passagem, mas a exegese de Frege não é o ponto principal aqui. Três coisas, no entanto, devem ser notadas. Primeiro, Frege é o primeiro autor, que eu saiba, a ter enfatizado que nomes vazios na ficção, e as sentenças que os contêm, são pretensões. Segundo, se as passagens que eu estou citando fossem para ser dadas por completo e expostas, não estaria claro que o que eu estou chamando de visão “Frege-Russell” era realmente a visão de Frege sobre os sentidos de nomes na ficção. Algo como isto parece ser a visão de Frege sobre nomes e personagens históricos; também parece ser a visão de certos contemporâneos fregeanos, como Alonzo Church, por lenda e ficção (veja suas observações sobre “Pegasus” em Church 1956:7, nota 18). No entanto, a visão de nome em ficção que alguém pode deduzir da passagem citada vai ser consideravelmente diferente. (Há alguma dificuldade em compreender a passagem, fazendo auto-consistente ou consistente com o que Frege diz em outros momentos.) Terceiro, na passagem Frege diz que quando uma figura histórica aparece até por nome em uma obra de ficção, o nome é apenas uma “imitação de nome”. Se isto significa que não é verdadeiramente um nome da figura em questão, ou que falha ao referir a ela ou a ele, eu não penso que seja correto. Quando em *Guerra e Paz* Tolstoy menciona Napoleão, e o tem como um personagem na obra, ele está falando sobre Napoleão (Veja Capítulo 9.)

<sup>12</sup> No prefácio, o suposto editor do manuscrito diz que os nomes não são reais. Por exemplo, “Humbert Humbert”, o nome do narrador e personagem principal, é um pseudônimo.

*proposições pretendidas*. Isto não quer dizer que as sentenças que ocorrem na história são insignificantes no sentido mais forte possível, porque alguém sabe, por assim dizer, que tipo de proposições elas estão pretendendo expressar. Poderia ser (apesar de talvez a suposição ser fantástica) que de fato Doyle não tivesse escrito histórias, mas uma prestação de contas de eventos históricos de fato. Neste caso nós estaríamos enganados em acreditar que estas sentenças não expressaram proposições. De fato, nós poderíamos em princípio dizer que elas expressaram uma proposição. Mas elas não expressam, na visão que eu estou sugerindo, qualquer proposição se de fato os nomes não referem. Em particular, deveria ser requerido de uma proposição genuína que nós pudéssemos ser capazes de dizer, de cada mundo possível, se a proposição alegadamente expressa pela sentença teria ou não sido verdade sob as circunstâncias em questão. Se este teste falhar para as sentenças em ficções, então elas não expressam proposições genuínas. E para a minha mente este teste falha para as sentenças em ficções.

Sob quais circunstâncias, para mencionar o caso que eu aponte anteriormente, Sherlock Holmes teria existido, dado que o nome de fato não tem referente? Bom, não simplesmente se um ou outro alguém tivesse feito as coisas na história, porque o nome “Sherlock Holmes” deve referir a uma pessoa particular rigidamente. Alguém pode dizer, “Bom, ele não designa uma pessoa real, mas apenas (meramente) uma pessoa possível”, quer alguém goste de tal ontologia ou não, porque muitas pessoas possíveis podem ter feito as coisas na história. De fato, alguma pessoa atual pode ter feito as coisas na história, se as circunstâncias tivessem sido diferentes, em um outro mundo possível. Charles Darwin, se ele tivesse decidido seguir uma linha diferente de trabalho, poderia ter sido um excelente detetive nos arredores de Londres naquele tempo e lutado contra um análogo de Moriarty. Isto não é para se dizer dele, ou de qualquer outro, que ele teria sido Sherlock Holmes ou poderia ter sido Sherlock Holmes. Ele poderia ter *interpretado o papel* de Sherlock Holmes, ele poderia ter preenchido as histórias que são contadas sobre Sherlock Holmes. Mas se a pretensão sobre Sherlock Holmes é de que “Sherlock Holmes” designa alguém rigidamente, alguém não pode dizer que pessoa teria sido designada. Não há

critério para selecionar alguém em oposição a outrem; alguém deve apenas dizer que este nome não designa.<sup>13</sup>

Eu quero dizer algo mais sobre esta questão de pretensão. Deixando de lado a doutrina filosófica de proposições pretendidas que eu tenho, parece para mim óbvio que qualquer teoria tem que começar com o fato de que estas pretensões em ficções são pretensões. Parece que as pessoas têm se preocupado e intrigado sobre nomes vazios como se as suas existências fossem um grande paradoxo, e que é muito difícil encontrar uma teoria que possa possivelmente dar conta da possibilidade de tais coisas. “Se a função do nomear é a referência, como poderia haver nomes vazios?” Ao contrário, alguém virtualmente *tem* que ter nomes vazios porque dada qualquer teoria da referência – dada *qualquer* teoria de como as condições de referência são preenchidas – alguém pode seguramente *pretender* que estas condições são preenchidas quando de fato elas não são. Então a existência de nomes pretendidos (na ficção) não pode possivelmente julgar sobre diferentes teorias dos nomes.

A questão de se nomes vazios são possíveis, particularmente agitou Russell. Ele queria se livrar da possibilidade de um nome vazio (para a sua noção de nomes propriamente lógicos; nomes no sentido ordinário deveriam ser descrições definidas abreviadas, poderiam ser vazios, e não eram realmente nomes; veja nota 2). Ele restringiu nomes logicamente próprios a nomes dos nossos dados imediatos dos sentidos, cuja existência deveria ser indubitável, mas também é muito fugaz.<sup>14</sup> Foi então uma indubitável verdade que as coisas

---

<sup>13</sup> Veja Kripke (1980:156-58). Lembre que quando esta palestra foi ministrada, as lições eram razoavelmente recentes. Esta seção começa com um termo mítico de tipo natural (“unicórnio”), mas continua com “Sherlock Holmes”.

<sup>14</sup> Como a seguinte troca demonstra:

Q.: Se o nome próprio de uma coisa, um “isto”, varia de instante a instante, como é possível a ele formular quaisquer argumentos?

Russell: Você pode manter “isto” de pé por aproximadamente um minuto ou dois. Eu fiz aquele ponto [ele tinha então colocado um ponto no quadro-negro] e falei sobre ele por um curto tempo. Eu quero dizer que varia com frequência. Se você argumenta rapidamente, você pode conseguir algum curto caminho antes que esteja concluído. Eu penso que coisas duram por um tempo finito, uma questão de alguns segundos ou minutos ou o que quer que seja o caso.

Q.: Você não acha que o ar está agindo naquilo e o transformando?

Russell: Não importa sobre aquilo se não se altera a sua aparência o suficiente para que você tenha um diferente dado sensorial. (Russell 1918-19:180)

Russell já pensava em “*On Denoting*” (1905) que os constituintes das nossas proposições devem ser objetos de conhecimento direto, mas o que nós somos capazes de conhecer diretamente gradualmente se tornou mais e mais restrito à medida em que seu trabalho progrediu. Assim chamados nomes de coisas que não são objetos de nosso conhecimento direto são realmente descrições disfarçadas. A teoria proposta em Russell (1918-19) é mais restritiva do que ideias

assim nomeadas existem. Wittgenstein no *Tractatus* (1961) faz os objetos que ele nomeia se referirem a parte da necessária mobília do mundo. Por isto não é possível que as coisas em questão deveriam ter falhado em existir. Estas duas estratégias vêm, claro, da mesma motivação: de fato, como nós sabemos, elas estavam trabalhando juntas.

É interessante apontar que as conclusões às quais elas foram levadas não são idênticas, mas, de fato, incompatíveis e mostram o problema de mudar de considerações epistêmicas para metafísicas. Pois seguramente nossos próprios dados imediatos dos sentidos não têm nenhum tipo de necessária existência. A existência deles é tão contingente quanto qualquer coisa poderia ser. Eu agora mesmo estou recebendo todos os tipos de impressões visuais. Se eu não tivesse sequer entrado nesta sala, ou se eu tivesse entrado vendado, estas impressões visuais nunca teriam existido. A existência delas é, então, contingente. Muitos exegetas se perguntaram se os objetos do *Tractatus* eram de fato os dados sensoriais russellianos. Deixando de lado evidências internas, uma coisa que nós podemos dizer é que se eles eram, eles não iriam preencher as condições colocadas para objetos no *Tractatus*.

De qualquer maneira, Russell mal teve sucesso em evitar a mera possibilidade de nomes vazios. Se nomes são restringidos aos nossos próprios dados imediatos dos sentidos, talvez seja o caso então que alguém não pode duvidar se objetos assim chamados existem. Mas alguém pode ainda supor uma história, imaginando uma pessoa nomeando dados sensoriais usando nomes pretendidos, que na história são colocados como sendo nomes logicamente próprios russellianos, apesar de que de fato eles são os nomes dos dados sensoriais que alguém não tem. Suponha, por exemplo, alguém que se chamasse “Harry” e “Harry” é o nome de algum dado particular dos sentidos. Então será verdade para mim dizer fora da história que Harry não existe, que não há um dado sensorial tal como Harry. Então mesmo a teoria de Russell não evita esta dificuldade. Me parece impossível imaginar que esta dificuldade poderia ser concebivelmente evitada; dado que nós temos uma teoria da

---

anteriores. A Gideon Makin (bem depois desta lição ter sido ministrada) eu devo o ponto de que para Russell dados sensoriais eram na verdade algo físico, não estritamente falando para serem identificados com impressões visuais, como eu tendo a fazer no texto. Isto não afeta o ponto de que eles são entidades fugazes, como o citado intercâmbio atesta.

referência, ela pode ser parte de uma pretensão de uma história que as condições para esta teoria são preenchidas, mesmo quando de fato elas não são. (Pode ser possível evitar quaisquer erros sobre se alguém está realmente nomeando, mas não a possibilidade de ficção ou pretensão.)

Então para que fique mais claro sobre este problema, alguém deve parar de amarrar um alguém em nós; alguém deve reconhecer que pretensões que as condições para referência semântica são satisfeitas sempre vão ser possíveis, independente de qual teoria da referência alguém possa se filiar. O grau de insignificância que uma história tem depende do nosso saber o que está sendo pretendido. No caso de Sherlock Holmes está sendo pretendido que o nome refere a um certo homem e que certas coisas estão sendo ditas sobre ele. Isto não é dizer que as sentenças que ocorrem na história expressam proposições genuínas no sentido que nós podemos dizer sob quais circunstâncias contrafactuais elas teriam sido verdade, porque nós não podemos. O que eu estou dizendo sobre pretensões poderia ser aplicado, *mutatis mutandis*, a erros e outros casos semelhantes – erro como oposto à pretensão ou ficção. (Russell, talvez, por sua condição de certeza, evite a possibilidade de erro.) E alguém não deveria resguardar como estranho que tais erros possam existir – um deveria resguardar como natural e inevitável.

Agora para chegar à correta visão sobre este assunto, alguém tem que separar o caso de nomes ocorrendo em ficções – onde, usando-os corretamente, nós podemos dizer que o personagem não existe: por exemplo, “Sherlock Holmes não existe” – de casos nos quais, ao contrário, o nome “Sherlock Holmes” é usado de tal modo que é verdade dizer que Sherlock Holmes existe sim. Tem sido argumentado na literatura – por exemplo, por Hintikka (1962) – que, resguardada como inferência lógica, “Eu penso, logo eu sou”, como afirmado por Descartes, seria falacioso. Hintikka diz para substituir “Eu” por “Hamlet”. Hamlet pensou muitas coisas, mas se segue que Hamlet existiu? O tipo de uso que Hintikka presumivelmente tem em mente está em uma prova de inglês do tipo verdadeiro ou falso, na qual alguém pergunta:

Hamlet foi casado – verdadeiro ou falso?

Hamlet era indeciso – verdadeiro ou falso?

Hamlet pensou – verdadeiro ou falso?

Para marcar a última como falso seria chama-lo de um personagem sem mente, o que não é a intenção da peça. Mas o que o argumento de Hintikka falha em reconhecer é que neste sentido – neste uso especial, no qual alguém está se reportando à peça – “Hamlet existiu” também seria verdade, porque dentro da peça realmente houve uma pessoa tal como Hamlet. Isto não é trivial; algumas vezes em um teste de verdadeiro ou falso assim uma afirmação deveria ser marcada como “falso”. Por exemplo, é provável que de acordo com a peça a adaga de Macbeth não tenha existido. Foi o fantasma do pai de Hamlet real, ou foi apenas Hamlet imaginando coisas? Neste caso, eu penso que a intenção da peça é de que o fantasma era real. Neste sentido, seguramente Hamlet realmente existiu, apesar de que se ele realmente pensou que havia um rato por detrás da cortina, não havia tal rato. Então a inferência “A pensa, logo A existe” se sustenta perfeitamente bem contra este alegado contraexemplo ao padrão de inferência.<sup>15</sup>

Na peça *Hamlet* eles colocam uma peça chamada *O Assassinato de Gonzago*. Vamos supor que, de acordo com a peça *Hamlet*, esta não deve ser sobre qualquer personagem histórico.<sup>16</sup> Alguém pode então dizer, falando dentro da peça *Hamlet*, que uma pessoa real como Gonzago nunca existiu e que Gonzago era meramente um personagem ficcional. Desde que Hamlet foi uma pessoa real dentro da peça, seria falso dizer isto sobre Hamlet. Então Gonzago era meramente ficcional; Hamlet era uma pessoa de verdade. Quaisquer razões que possam haver para lógica livre, o caso de Hamlet (como citado no artigo de Hintikka) não é um deles.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> H. P. Grice me contou que esta era também a sua visão, apesar de que eu não atesto isto nos mínimos detalhes.

<sup>16</sup> Quando eu fiz tal suposição, eu estava apenas mostrando minha própria ignorância. Aparentemente, de fato, a “House of Gonzaga” foi um importante grupo de nobres italianos que governaram em Mantua e algum outro lugar. (Por que se escreve “Gonzago” em Shakespeare não é claro para mim). Anos atrás eu falei a um especialista em Shakespeare, que me disse que um Gonzago de verdade (presumivelmente um membro da Casa) foi, de fato, assassinado, apesar de que não houve nenhuma peça tal como “*The Murder of Gonzago*” até onde se saiba. No entanto, eu tenha sido incapaz de verificar isto de modo conclusivo. No texto, eu deixei de pé minha suposição de que historicamente não havia nem um Gonzago assassinado, ou uma peça sobre tal assassinato.

<sup>17</sup> Na lógica livre o padrão de inferência geral  $Fa \cdot (\exists x) Fx$  é inválido. Também,  $(\exists x)(x=a)$  não é válido nem se segue na forma geral de  $Fa$ . Quaisquer que possam ser as motivações, o caso de “Hamlet pensa”, tomado dentro da peça, não é confirmação da necessidade de lógica livre.

Algumas vezes nós dizemos não que “Hamlet” é um nome vazio, mas que “Hamlet” é o nome de um personagem ficcional. Isto parece dar ao nome um referente. Agora, deveríamos nós tomar isto como um modo errôneo de falar, ou nós deveríamos atribuir à linguagem ordinária uma ontologia das coisas chamadas “personagens ficcionais”? Bem, a assustadora frase “coisas chamadas ‘personagens ficcionais’” sugere uma resposta negativa. Haverá entidades fantasmagóricas ao nosso redor?

Agora na verdade eu penso que a resposta para a minha questão é sim, e que personagens ficcionais *não* são entidades fantasmagóricas ou meramente entidades possíveis – elas são entidades de um certo tipo que existem no mundo real. Nós parecemos existencialmente quantificar sobre elas quando nós dizemos, “Havia um personagem ficcional tal como Hamlet”. Sentenças desta forma – elas não estão dentro da história, porque dentro da história Hamlet não é um personagem ficcional, apesar de Gonzago ser – também não são triviais, tal como dentro da história sentenças afirmativas existenciais usando “Hamlet” não são triviais. Aqui nós podemos perguntar, “Havia um tal personagem ficcional como Hamlet?”, e a respostas ser “Sim”. Havia um tal personagem ficcional como Gonzago?” A resposta é “Não”, porque é apenas a peça *Hamlet* que diz que há uma peça “*The Murder of Gonzago*”. Realmente não existe tal peça, e então não há nenhum tal personagem dramático como Gonzago para aparecer em “*The Murder of Gonzago*”. Falando dentro da peça, nós diríamos que Hamlet é uma pessoa real e Gonzago um personagem ficcional. Falando *fora* da peça, nós dizemos que Hamlet é um personagem ficcional e não uma pessoa real; Gonzago, por outro lado, não é um personagem ficcional. Isto é, em um trabalho de ficção é dito que há um tal personagem ficcional, mas não fora daquele trabalho de ficção.

É importante ver que personagens ficcionais assim chamados não são sombras de pessoas possíveis. A questão das suas existências é uma questão sobre o mundo atual. Ela depende de se certos trabalhos foram de fato escritos, se certas histórias na ficção foram de fato contadas. O personagem ficcional pode ser resguardado como uma entidade abstrata que existe em virtude das

atividades de seres humanos e suas interrelações.<sup>18</sup> Uma nação existe se certas condições forem verdade sobre seres humanos e suas relações; ela pode não ser redutível a eles, porque nós não podemos descrevê-los exatamente (ou, talvez, sem circularidade). Similarmente, um personagem ficcional existe se seres humanos tiverem feito certas coisas, nomeadamente, criado certos trabalhos de ficção e os personagens neles.

Em linguagem ordinária, nós muito frequentemente quantificamos sobre personagens ficcionais. Talvez tal quantificação pudesse ser eliminada se fosse sempre possível substituir a sentença original (quantificada) por uma sentença descrevendo as atividades de pessoas.<sup>19</sup> Mas, por exemplo, aqui está uma conversa que eu uma vez tive. Você provavelmente ouviu sobre como na Bíblia os israelitas são frequentemente condenados a sacrificar as suas crianças para uma deidade maligna chamada “Moloch”. Há estudiosos da Bíblia que sustentam que tomar “Moloch” como um nome próprio de uma deidade foi um erro.<sup>20</sup> Não havia, de fato, qualquer deidade pagã, e “Moloch” significava um tipo de sacrifício, como uma oferenda queimada.<sup>21</sup> E “para Moloch” deveria realmente ser traduzido por “como um Moloch”, o tipo de sacrifício. Então a ideia de que havia tal deidade pagã era apenas um equívoco. Eu estava explicando isto a alguém<sup>22</sup> uma vez e dizendo que neste quesito não havia tal deus, e ele disse para mim, “Claro que não havia tal deus. Você não acredita em deidades pagãs, acredita?” Esta resposta revela uma ambiguidade no que eu havia dito: um

---

<sup>18</sup> Van Inwagen (1977, 1983) parece ter redescoberto uma teoria muito similar. Eu mesmo agora vagamente me lembro de ter ouvido uma palestra pelo Michael Dummett que mencionou uma distinção entre nomes vazios e nomes de personagens ficcionais. Se minha recordação é correta, ela poderia bem ter influenciado minhas ideias. Também, já no seu artigo “*Imaginary Objects*”, Moore (argumentando contra Ryle) diz que, claro, várias sentenças ficcionais de Dickens realmente são “sobre o Sr. Pickwick”, mas não elabora nenhuma conclusão explícita sobre uma ontologia de personagens ficcionais. Nem ele parece estar defendendo uma ontologia meinongniana. Vide Moore (1959:105).

<sup>19</sup> Apesar disto, é verdade que há personagens ficcionais com certas propriedades, e qualquer um que negue isto está errado.

<sup>20</sup> De fato, entre eles estava Otto Eissfeldt, e aqueles que aceitaram sua teoria (vide Eissfeldt 1935). Eu penso que a teoria de Eissfeldt pode ser menos popular agora do que ela era quando eu falei, mas isto de modo algum afeta o exemplo. A muito anterior teoria, atribuída por Eissfeldt a Abraham Geiger, também teria a consequência de que “Moloch” não era o nome de uma deidade pagã mas veio de uma má vocalização de “*melech*” (“rei” em hebraico). Alguns comentadores recentes que eu li (muito depois deste artigo ser entregue) aceitam que “Moloch” de fato nomeava uma deidade pagã.

<sup>21</sup> De fato, como eu me lembro, significava sacrifício humano.

<sup>22</sup> Harry Frankfurt.

construto envolve quantificação sobre deuses reais, na qual é presumivelmente já garantido que não há tal deus como Moloch; a outra construção envolve quantificação sobre entidades míticas, como em “Havia um tal deus (mítico)?” A resposta poderia ter sido “sim”, mas de acordo com esta teoria particular, acaba sendo “não”. O termo “deus” acaba sendo ambíguo. Ele pode ser usado de tal modo que apenas um crente pagão do correto tipo iria reconhecer a existência de deuses no Monte Olimpo. Mas usualmente nós usamos ele de outra forma – por exemplo, quando perguntamos, “Quantos deuses gregos haviam lá?”, “Você pode nomear algum dos deuses gregos?”, e coisas do tipo.

Fraseando a questão em termos da existência de personagens ficcionais, a resposta à questão “Hamlet existiu?” é afirmativa, e nós não estamos reportando sobre o que a história diz. Da mesma maneira, a resposta à questão “Havia uma tal deidade como Moloch?” pode ser afirmativa, ao contrário de Eissfeldt. Alguém tem que ter certeza de que tipo de entidade se está falando a respeito aqui. Se alguém perguntar, “Havia um tal personagem ficcional como Hamlet?” a resposta é “sim”. E, claro, alguém pode perguntar sobre um personagem ficcional referido como *A* e a uma personagem ficcional referida como *B* quer elas sejam a mesma personagem ficcional; isto também faz sentido. Em um sentido grosseiro e imediato o aparato de quantificação e identidade sobre estes personagens ficcionais está disponível para nós na linguagem ordinária. Eles não são entidades fantasmagoricamente possíveis; eles são entidades abstratas de um certo tipo que existem em virtude das atividades das pessoas.

Muitas pessoas se confundiram sobre estes assuntos porque elas disseram, “Seguramente há personagens ficcionais que ficcionalmente fazem tais e tais coisas; mas personagens ficcionais não existem; portanto, alguns veem como Meinong, com uma existência de primeira classe e uma de segunda-classe, ou uma existência ampla e uma estreita, podem ser o caso”.<sup>23</sup> Isto não é o que estou dizendo aqui. O nome “Hamlet” como usado na história não está pretendendo se referir a uma pessoa; e apenas quando nós falamos *fora* da

---

<sup>23</sup> Em qualquer medida, é assim que Meinong é caracterizado por Russell em “*On Denoting*”. Eu confesso que eu nunca li Meinong e não sei se a caracterização é precisa. Deve ser lembrado que Meinong é um filósofo que Russell (ao menos originalmente) respeitava; a caracterização é improvável de ser uma caricatura.

história nós podemos dizer que não há tal pessoa. Quando nós dizemos “Havia um tal personagem ficcional como Hamlet”, nós não estamos nos referindo a uma pessoa fantasmagórica – nós estamos nos referindo a um personagem ficcional, um que realmente existe, porque pessoas escreveram trabalhos de um certo tipo. Como eu disse, personagens ficcionais são entidades abstratas de um certo tipo. Há também alegados personagens ficcionais que não existem – Gonzago é um exemplo. No entanto, podem existir personagens ficcionais, tais como Gonzago. O predicado “ficcional” pode ser repetido, e Gonzago é um genuíno ficcional personagem ficcional. Realmente existe um tal ficcional personagem ficcional, mesmo que não exista tal personagem ficcional.<sup>24</sup>

As propriedades de personagens ficcionais podem ser variadas. Muitas não são aquelas de pessoas (meinongnianas ou de outro tipo). Assim um personagem ficcional pode ser amplamente popular ou pouco lido a respeito, muito discutido por críticos literários, encontrado em diversas peças de Shakespeare, inventado por Conan Doyle, e assim por diante. Por outro lado, a convenção da nossa linguagem nos permite elipticamente<sup>25</sup> atribuir a elas propriedades nas obras onde elas ocorrem. Assim havia um detetive ficcional que viveu na Rua Baker, podia chegar a conclusões a partir de pequenos detalhes e assim por diante. Há um personagem ficcional a quem foi dada a missão de matar o seu tio, mas não há um a quem tenha sido dada a missão de matar sua bisavó. (Ou talvez exista; muitas obras foram escritas e muito provavelmente eu apenas não ouvi falar sobre um relevante. Ainda assim, se existe uma tal obra, eu posso dizer com confiança que a respectiva personagem ficcional não é igualmente famosa.)

Dois tipos de coisas restam. Primeiro, eu devo mencionar, especialmente sob a luz do fato de que Putnam enfatizou estes casos, minhas visões sobre substâncias imaginárias, como, por exemplo, um elixir mágico ou unicórnios. Aí, também, eu sustentaria que alguém não pode inteligivelmente dizer, como é usualmente dito na literatura, que apesar de, de fato, não existirem

---

<sup>24</sup> Lembre (veja nota 17) que o exemplo é aparentemente incorreto, mas eu mantive erguida a pretensão de que é correto. Exemplos corretos claramente existem. Note que se Eissfeldt estiver correto não há tal personagem ficcional (deus) como Moloch, mas também não há tal ficcional personagem ficcional.

<sup>25</sup> Eu quero dizer que uma tal frase como “nas histórias relevantes” pode ser, e usualmente é, omitida.

unicórnios, unicórnios poderiam ter existido. Por que eu digo que nós não podemos dizer isto? Bem, unicórnios no mito são supostos a se referir a certas espécies, um certo tipo natural de animais. O termo “tigre” não apenas significa “qualquer animal velho que seja amarelo em sua cor com listras pretas”. Um animal, quer exista de fato ou apenas contrafactualmente, mesmo que ele se parecesse exatamente com um tigre, como eu enfatizei (Kripke 1980:119-21, e em outros locais).<sup>26</sup> Similarmente, claro, algo com uma diferente composição química da água não seria água. Consequentemente, a sentença “água é H<sub>2</sub>O” é uma verdade necessária.

Se alguém estiver se referindo a um animal atual, alguém pode claro aponta-lo pelo que Putnam chama de “estereótipo” (Putnam 1975a), sem saber como é sua estrutura interna ou como o diferenciar de outras coisas inventadas como um ouro de tolo ou um tigre de tolo. David Lewis uma vez mencionou tigres marsupiais para mim, que podem vir junto. Alguém não precisa ser capaz de dar a diferenciação como um leigo, e alguém pode deixar isto para os cientistas, que podem levar um longo tempo para fazê-lo, mas nós ainda podemos nos referir a tigres. Isto é porque tigres estão ao nosso redor; nós temos conexões histórico-causais com eles no mundo real em virtude das quais nós podemos nos referir a eles. Estas propriedades que determinam as suas essências podem ser descobertas empiricamente mais tarde; quando elas são descobertas, nós podemos dizer que possíveis (ou factuais) animais à semelhança de tigres não seriam (ou não são) tigres.

A mesma coisa, eu digo, se sustenta sobre unicórnios. Se a história sobre unicórnios já tivesse sido verdade, então é claro que os animais realmente estariam ao nosso redor e nós poderíamos nos referir a eles e descobrir suas estruturas internas em seguida. Mas suponha que a história é completamente falsa, que não há conexão com qualquer animal de fato. Então alguém não deveria dizer que “unicórnio” na história simplesmente significa (vamos dizer que isto seja tudo o que a história nos diz) “aquele animal que se parece com um cavalo e tem um único chifre”. Alguém não deveria dizer que “unicórnio” simplesmente significa *qualquer animal velho assim* porque então ele não seria um pretendido nome de uma espécie. De fato, alguém pode bem descobrir um

---

<sup>26</sup> A definição do dicionário à qual eu me refiro é dada ali por completo.

novo fragmento da história que explica como algumas vezes pessoas eram enganadas por animais que se pareciam exatamente com unicórnios e os tomavam como unicórnios. Estes unicórnios de tolo comandaram um alto preço no mercado até que as suas estruturas internas fossem descobertas. A história, no entanto, não especifica as diferenças em estrutura interna. “Unicórnio” é supostamente o nome de uma espécie particular. Nós somos dados uma identificação parcial deles; há outros critérios que os diferenciariam de unicórnios de tolo, mas nós não somos ditos quais são esses critérios. Nem podemos dizer “Bem, vamos esperar que os biólogos descubram”, porque biólogos não podem descobrir nada sobre unicórnios. Então de nenhum animal possível nós podemos dizer que ele teria sido um unicórnio. Alguém pode meramente dizer que ele pareceria com o que unicórnios supostamente são. Se um mundo possível contivesse duas espécies muito diferentes, ambas completamente conformadas à história então mencionada, alguém não poderia dizer qual delas teria sido a de unicórnios.

Falando do mundo atual, eu quero similarmente dizer que uma mera descoberta que havia animais que respondiam completamente a o que quer que o mito diga sobre unicórnios não iria, em si e de si, constituir uma descoberta de que unicórnios realmente existiram. A conexão, por mais improvável que isto possa ser, poderia ser puramente coincidente. De fato, o mito pode dizer, “A espécie mencionada neste mito é mítica, e qualquer semelhança com qualquer espécie existente ou extinta é puramente coincidente”. Vamos supor que ele de fato diz isto. Isto mostra que alguém precisa não é meramente o fato de que animais no mito não modificado satisfaçam tudo o que unicórnios supostamente satisfazem, mas que o mito era *sobre* eles, que o mito estava dizendo estas coisas sobre eles porque as pessoas tinham alguma história e atual conexão com eles.

Existem, então, duas teses distintas aqui. Primeiro, nós podemos descobrir que unicórnios realmente existiram, mas para descobrir isto nós não precisaríamos apenas descobrir que certos animais têm as propriedades mencionadas no mito. Nós teríamos que descobrir uma real conexão entre a espécie e o mito – ao menos no caso de uma espécie que é altamente biologicamente não especificada. Se uma precisa especificação biológica sua

fosse dada, a resposta pode ser diferente. Uma completa descrição da estrutura interna (e talvez uma especificação do seu lugar na árvore evolucionária, herança genética etc.) pode nos levar a dizer, “Por acidente acabou que existe uma espécie exatamente assim”. Mas isto não é o que usualmente acontece em histórias e mitos. Além disto, o modo como eu tenho colocado isto pode ser muito epistêmico. Eu não estou realmente falando sobre o que nós poderíamos “descobrir”. Eu estou dando requisitos para ser *verdade* que unicórnios de fato existiram, ao contrário do que nós normalmente pensamos.<sup>27</sup> No entanto, eram as especificações precisas nos termos que eu acabei de mencionar, então, se um tipo encontrando estas especificações (estrutura, posição na árvore evolucionária etc.) realmente existiu, a história pode argumentativamente ser verdade e proposições genuínas sobre o tipo em questão podem ser expressas, mesmo no (improvável) caso de que a conexão seja puramente coincidente.

Em segundo lugar – e esta é outra tese – dado que não existem unicórnios, nós não podemos dizer que unicórnios podem ter existido ou teriam existido sob certas circunstâncias. Sentenças sobre unicórnios, como sentenças sobre Sherlock Holmes, apenas *pretendem* expressas proposições. Elas não expressam realmente, mas meramente intencionam expressar, proposições. No caso de espécies, ao menos, isto é verdade quando o mito não especificou completamente uma espécie hipotética, como eu mencionei no parágrafo anterior. Alguém não pode dizer quando estas sentenças teriam sido verdade de uma situação contrafactual, e por isso nenhuma proposição pode ter sido expressa.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Se o termo “unicórnio” de fato volta a algum tipo real de animal, há duas possibilidades. Uma seria que unicórnios realmente existiram afinal. Outra é que um tipo mítico de animal é historicamente conectado a um tipo real. No caso de pessoas individuais, uma analogia é o Santa Claus, um personagem mítico que é traçado de volta a uma pessoa histórica, São Nicolau (ver Kripke 1980:93). Exatamente quando nós deveríamos dizer, no caso seja de tipos animais ou de pessoas, que o que é agora um caso mítico surgiu de um caso real ou se incompreensões cresceram sobre um personagem histórico de fato ou um tipo de animal é delicado. Podem existir casos de fronteira. Nós não precisamos lidar mais com isto aqui.

<sup>28</sup> Provavelmente eu ignorei um ninho de tecnicidades especiais quando aqui, e em Kripke (1980), eu falei muito informalmente sobre tipos naturais de animais, e até mesmo usei o termo “espécies” de uma maneira relativamente informal. Existiram problemas e disputas na literatura taxonômica sobre como “espécies” deveriam ser definidas e como maiores e menores tipos naturais de animais deveriam ser definidos. Além disso, eu não presto atenção a espécies onde o macho e a fêmea podem ter estruturas internas muito diferentes (sempre vai haver alguma diferença). Apesar de eu não ser um especialista no caso químico também, falar sobre substâncias químicas provavelmente envolve menos problemas. Mas aqui os exemplos de

Porém, algo a mais deveria ser dito. Assim como Sherlock Holmes era um personagem ficcional, e pode ou não ter existido um deus mítico referido na bíblia como “Moloch”,<sup>29</sup> então realmente há um tipo mítico de animal como “o unicórnio”. Isto não nomeia um tipo natural – mesmo um tipo natural de Meinong – mas mais uma vez uma atual entidade abstrata, uma “besta mítica”, como eu penso que vi em um dicionário.

Deixe-me mencionar talvez o ponto mais marcante sobre a doutrina da pretensão de expressar uma proposição. Alguém pode sentir, muito fortemente, “Como pode a sentença de que unicórnios existem não expressar realmente uma proposição, dado que ela é falsa?” Contra isto, eu diria primeiro que isto não é suficiente apenas para ser capaz de dizer que é falso; alguém tem que ser capaz de dizer sob quais circunstâncias isto teria sido verdade, se em alguma. E parece não haver um critério claro aqui. Ainda assim, remanesce a questão de porque nós chamamos isto de falso. Por que nós *dizemos* “unicórnios não existem”? Similarmente, é claro, no caso de Sherlock Holmes.

Eu não estou inteiramente seguro da resposta para isto, mas eu vou dizer o que eu puder. Primeiro, eu penso o argumento que “unicórnios existem” não pode expressar uma proposição, ou que “Sherlock Holmes realmente existe” não pode expressar uma proposição, é razoavelmente conclusivo. Aqui, quando eu falo sobre “Sherlock Holmes realmente existe” eu não estou usando “Sherlock Holmes” para me referir ao personagem ficcional; sob esta interpretação o nome intenciona se referir a uma entidade existente. Também não estou usando a sentença sob a convenção de que o que conta como verdade é o que a história diz.

Suponha que eu esteja usando a sentença para expressar uma proposição alegada sobre um detetive, dado a nós pela história. Então eu não posso dizer de uma situação contrafactual que ela é corretamente descritível como uma na qual “Sherlock Holmes gostava de cricket”, “Sherlock Holmes foi um detetive”, ou “Sherlock Holmes existe”. Isto é porque quando eu penso sobre

---

espécies míticas são muito bons para deixar de usá-los, e eu espero que um grosseiro e pronto tratamento dê uma razoável ideia para esses casos.

<sup>29</sup> Fora do Pentateuco em si, provavelmente “Moloch” ocorre em posteriores literaturas religiosas e é usado para um deus mítico. Minhas colocações realmente deveriam ser confinadas ao uso no Pentateuco.

elas eu não posso compreender sob quais circunstâncias elas teriam sido verdade – deixando de lado qualquer outra proposição sobre Sherlock Holmes, como “Sherlock Holmes era o melhor detetive de todos os tempos”. Algumas destas sentenças são verdade e expressam proposições quando nós estamos apenas nos reportando ao que é dito na história, mas, como eu disse, isto não é o tipo de uso em questão aqui. (Semelhantemente, algumas vezes alguém usa a sentença apenas para dizer que a história diz ou implica que  $p$ , mas isto é um diferente tipo de uso.) Também não estou falando de sentenças sobre personagens ficcionais. Estas têm valor-de-verdade em descrever situações atuais ou contrafactuais; em particular, tal detetive ficcional de fato existe, mas nós podemos facilmente supor contrafactuais situações nas quais aquele detetive não teria existido, nomeadamente, situações em que nem Doyle, ou (talvez) qualquer outro, escreveu ou concebeu tais histórias.<sup>30</sup>

Ainda assim, alguém pode sentir muito fortemente que alguém deveria verdadeiramente dizer “Unicórnios não existem”. Eu sinto igualmente forte, de fato, que alguém deveria dizer o mesmo sobre *bandersnatches*, os animais que Lewis Carroll menciona em “*Jabberwocky*” (1872). Presumivelmente, o *bandersnatch* é uma besta ficcional. De acordo com a história, ela também é uma muito perigosa. Claro, não há tal animal como um *bandersnatch*; nós podemos dizer “Não há *bandersnatches*”. Mas seguramente ninguém iria reclamar aqui que nós podemos dizer que sob certas circunstâncias *bandersnatches* teriam existido – que nós apenas não fomos falados o suficiente sobre eles. Eles são apenas algum perigoso tipo de animal. Melhor sair dos seus

---

<sup>30</sup> Teria sido muito tentador recair sobre o personagem ficcional, de modo que o problema de “Sherlock Holmes” como um nome vazio iria desaparecer. Além disto, sentenças com “Sherlock Holmes” têm múltiplas ambiguidades, em minha visão. Elas podem ser avaliadas de acordo com a história, ou ser sobre o personagem ficcional (e tal personagem existe); mas, como nós vimos, predicados se aplicando a pessoas podem acoplar-se àquela entidade abstrata de uma maneira derivativa.

Além disto, nem todos os nomes vazios são também usados como nomes de personagens ficcionais, também não estou certo de que haja sempre uma análoga classe de entidades. Em qualquer caso, “Sherlock Holmes não existe” parece como se tivesse um uso sob o qual é verdade. Note, no entanto, que este é o uso sem tensão de um filósofo. Nós somos inclinados realmente a dizer “Sherlock Holmes nunca existiu”, semelhantemente a “Vulcan” (o planeta). Para mim “George Washington não mais existe, apesar de ter existido” parece ser uma razoavelmente natural expressão sobre uma pessoa morta, mas eu seria desencorajado a colocar isto como “George Washington não existe”. (Eu estou assumindo que aqui não há um problema de nenhum nome vazio também.) Eu posso ter pensado sobre este exemplo depois de escutar a uma palestra do Nathan Salmon.

caminhos! Eles são também “*frumious*”. Mas quem sabe o que isto quer dizer (apesar de que sem dúvida é uma perigosa ou indesejável característica)? Isto não nos previne de asserir que “*bandersnatches* não existem e nunca existiram” ou que “não há nenhum *bandersnatch*”. Então o argumento tentando estabelecer que “unicórnios existem” expressa uma proposição sob a base de uma intuição de que a sentença é falsa seguramente não pode ser conclusiva. Apenas porque nós dizemos “unicórnios não existem”, disto não se segue que nós podemos comparar mundos possíveis com um conceito de unicórnios e declarar que neles unicórnios teriam existido ou não. No caso de *bandersnatches*, a situação é ainda mais descaradamente óbvia.

Por favor não diga que *bandersnatches* teriam existido se alguém – mesmo Lewis Carroll ele mesmo, digamos – tivesse escrito este mesmo poema sobre um animal real, por exemplo, tigres, e então *bandersnatches* teriam sido tigres. Isto significa que como a linguagem teria se desenvolvido nesta situação contrafactual, a sentença “*bandersnatches* realmente existiram” teria expressado algo verdadeiro. Claro que este é o caso, mas isto é falando sobre a linguagem que Carroll *teria* usado nesta situação. Plenamente, usando “*bandersnatch*” como é usado no poema, alguém não pode dizer que esta é uma situação na qual tigres teriam sido *bandersnatches* (ou que a sentença “tigres teriam sido *bandersnatches*” é verdade). Tigres teriam sido *chamados* “*bandersnatches*”, mas alguém não poderia dizer que eles *eram* *bandersnatches*. Nós não podemos dizer quando algo teria sido um *bandersnatch* mais do que quando algum animal teria sido “*frumious*”.

Apesar de que podemos dizer que “não há *bandersnatches*” ou “*bandersnatches* não existem”, isto plenamente não implica que nós sabemos o que seria provável para que *bandersnatches* tivessem existido. Nem é uma impossibilidade do tipo ordinário envolvido, tal como a necessária não existência de quadrados redondos. Nós dizemos sim que “*bandersnatches* não existem” e apesar de uma certa sentença sobre *bandersnatches* parecer ter um valor-de-verdade, mas isto não significa que sentenças contendo “*bandersnatch*” expressam proposições ordinárias. E isto eu guardo como um problema muito substancial; talvez os comentadores terão algo a dizer sobre isto. Eles podem apenas dizer que eu estou errado. David Kaplan, no entanto, expressou visões

muito similares às minhas em vários pontos e então isto será um problema para ele, também. Então eu não penso que ele seria provável a dizer que eu estou apenas errado.

O que alguém pode dizer aqui? A mesma questão se ergue para “Sherlock Holmes”. Nós queremos dizer, “Sherlock Holmes não existe”. A proposta de alguém pode ser de interpretar isto metalinguisticamente ao invés de como sobre uma pessoa. Assim, alguém pode dizer que “Sherlock Holmes não existe” deveria ser analisado como significando: “O nome ‘Sherlock Holmes’ não tem referente”. Então “Sherlock Holmes existe” deveria ser analisado como significando “O nome ‘Sherlock Holmes’ tem um referente”. E se alguém tem uma particular teoria da referência, digamos uma histórica, alguém pode continuar a análise ainda mais e dizer “Sherlock Holmes existe” significa “A corrente vai a algum lugar” e “Sherlock Holmes não existe” significa “A corrente não vai a lugar nenhum”.

Eu rejeito isto em muitos níveis, já colocados com efeito anteriormente. Deixe-me dizer primeiro o que eu aceito. Apesar de poder não ser *a priori*, é próximo o suficiente de *a priori* para os presentes propósitos que Moisés existe se e somente se o nome “Moisés” tiver um referente, e que Sherlock Holmes existe se e somente se o nome “Sherlock Holmes” tiver um referente. Esta é a condição para a referência do nome. Em geral, relações como estas sustentam e a equivalência material de sentenças metalinguísticas e correspondentes sentenças de “modo material” são automaticamente aceitas.

No entanto, nem no caso do nome “Moisés” ou no caso de “Sherlock Holmes” esta tradução metalinguística dá uma análise que iria se aplicar também a situações contrafactuais. Contrafactualmente falando, Moisés pode ter existido apesar do nome “Moisés” não ter referente. Isto seria o caso se nem ele ou ninguém mais tivesse sido jamais chamado “Moisés”. Também é verdade que o nome “Moisés” pode ter tido um referente, onde este referente pode não ter sido Moisés.<sup>31</sup> No entanto, minha maior ênfase, colocada acima, tem sido esta. Se

---

<sup>31</sup> Quando eu disse estas coisas, eu realmente estava ignorando muitas complicações. Primeiro, muitas pessoas podem de fato ser chamadas “Moisés”, e isto é irrelevante. Eu teria que falar mais cuidadosamente de “o referente”, e dizer algo sobre o referente do nome como nós o usamos em certos discursos, ou no caso da tradução King James, ou qualquer que seja. Eu não deveria estar implicando nada sobre se ele foi, ou se qualquer um teria sido, ele mesmo chamado “Moisés” no sentido ordinário de “chamado”. O nome aparece como sendo do egípcio antigo, e

nós dizemos, contrafactualmente, “Se Moisés não tivesse existido, então tal e tal [. . .]”, ou “Se os seus pais nunca tivessem se conhecido, Moisés não teria existido”, ou simplesmente “Moisés poderia não ter existido”, nós estamos falando sobre *este homem* e perguntando o que poderia ter acontecido a *e/e*.

Nosso problema, então, é este. Se nós usamos existenciais negativos, hipoteticamente, contrafactualmente, ou como quer que seja, nós estamos normalmente supondo que nós estamos falando sobre um referente e perguntando o que poderia ter acontecido caso ele não tivesse existido. Por outro lado, se nós fazemos as mesmas afirmações categoricamente, nós aparentamos estar repudiando o objeto em si e dizendo que o nome usado apenas pretende ser um nome. Também não podemos dizer, simplesmente por olhar a um trabalho, se o Pentateuco ou as histórias de Doyle, qual estratégia é apropriada. Mas não queremos dar às sentenças em questão uma análise unívoca?

O que eu disse acima sobre personagens ficcionais nos dá alguma trégua. Um nome de um personagem ficcional tem um referente. Alguém pode então supor que o nome definitivamente tem um referente (o personagem ficcional). Isto será um assunto de investigação empírica, concernindo um dado trabalho, quer ele seja sobre um personagem ficcional ou uma pessoa real.

Porém, eu me encontro inquieto sobre invocar isto como uma solução completa. Há uma inclinação para dizer “Sherlock Holmes nunca existiu”. Ateístas têm frequentemente sido inclinados a negar a existência de Deus, e talvez algumas vezes eles intencionem usar isto como um nome vazio.<sup>32</sup> Para usar o exemplo mencionado acima, há a negação de Moloch que eu citei de Eissfeldt, mas se Eissfeldt estiver errado, alguém poderia imaginar dois anciões discutindo, com um dizendo que ele acredita em Júpiter mas não em Moloch (e o uso de um seguidor de Eissfeldt deve ser explicado também, negando a existência de um certo ser particular mítico). “O Bandersnatch” sustenta uma

---

é traduzido para o hebraico no original bíblico. Realmente não era “Moisés”, e ajustes similares são necessários para uma descrição literal das correspondentes hipotéticas situações. Mas nada disto importa muito.

<sup>32</sup> Pode haver alguma questão sobre o termo “Deus” (veja Kripke 1980:26-27). Aqui eu estou tomando ele como sendo um nome. No entanto, ele pode ser tomado como sendo uma descrição, “o único ser divino”, e, se é assim, uma análise russelliana pode ser aplicada. (Eu estou inclinado a favorecer a primeira visão, mesmo se a referência seja fixada por descrição.) Tem havido, tradicionalmente, um incontroverso nome própria para Deus, mas ele é raramente encontrado nos lábios de falantes ordinários hoje em dia.

genuína espécie ou tipo de besta ficcional, mas nós somos inclinados a dizer “não existem *bandersnatches*”, significando nesta instância negar a existência do tipo (mesmo que ninguém possa dizer o que um *bandersnatch* teria sido).

O que nos dá qualquer direito para falar assim? Eu gostaria de saber exatamente o que dizer. Mas o seguinte é uma tentativa disto. Nós podemos algumas vezes aparentar rejeitar uma proposição, significando que não há verdadeira proposição desta forma, sem comprometermo-nos a querer dizer que o que nós dizemos expressa qualquer proposição que seja. Assim, sem estar seguro de se Sherlock Holmes foi uma pessoa, ou se nós podemos falar de situações hipotéticas sob as quais “Sherlock Holmes fez tal e tal” corretamente descreve a situação, nós podemos dizer “nenhuma das pessoas neste quarto é Sherlock Holmes, pois todos nasceram tarde demais para isto e assim por diante”; ou “o que quer que um *bandersnatch* possa ser, certamente não há nenhum em Dubuque”. Aqui nós deveríamos, estritamente falando, ser capazes de dizer que não há verdadeira proposição para o efeito que existem *bandersnatches* em Dubuque, sem comprometermo-nos à existência de uma tal proposição primeiro. Então “Sherlock Holmes não existe”, “Não existem *bandersnatches*”, e assim por diante, estão limitando casos do mesmo princípio, realmente negando que poderia haver, de qualquer modo, proposições de um certo tipo.

Em resumo, eu concluí o seguinte:

Primeiro, existência é um predicado real de indivíduos. Mesmo que possa ser trivial que tudo exista, muitas coisas têm apenas existência contingente e podem não ter existido. Sentenças deste tipo não deveriam ser reduzidas a sentenças sobre o cumprimento de propriedades.

Segundo, quer um trabalho seja verdade ou ficção não é equivalente a se sentenças existenciais asserindo que alguns eventos ocorrendo na narrativa aconteceram ou não (ou quer algumas propriedades instanciadas na narrativa foram instanciadas ou não). A coincidência pode ser estranha, mas não é impossível que coisas como estas poderiam ter acontecido, mas não tinham conexão até o trabalho.

Terceiro, quando alguém avalia o que é verdade de acordo com a história, sentenças existenciais não tem que ser avaliados da mesma maneira

que quaisquer outros (não diferentemente, como no caso de Hintikka de “Hamlet pensa” versus “Hamlet existe” discutido acima, a adaga de Macbeth etc.).

Quarto, questões da existência de personagens ficcionais, e outro objetos ficcionais, são questões empíricas como quaisquer outras, e algumas vezes tem afirmativas ou negativas respostas. Elas dependem de quais trabalhos ficcionais existem. Então, certamente houve um detetive ficcional, amplamente lido a respeito no tempo em que foi descrito como existindo, vivendo na Baker Street e assim por diante. Nós temos dados exemplos, no entanto onde a existência de variados ficcionais ou míticos objetos pode ser duvidosa ou controversa, e observou que o termo “ficcional” pode ser repetido. Nós podemos equivocadamente acreditar na existência de um personagem ficcional. Talvez o mais chocante caso (não mencionado acima) seria um caso onde nós tomamos algo para ser um trabalho de ficção quando era na verdade uma genuína história, escrita e assim intencionada.

Finalmente, eu tive um resíduo de questões que parecem envolver nomes genuinamente vazios e asserções reais de não-existência. Estas acabaram de ser discutidas.<sup>33</sup>

## REFERÊNCIAS

Beaney, M. ed. **The Frege Reader**. Oxford: Blackwell, 1997.

Carroll, L. [C. L. Dodgson]. **Through the looking glass**, and What Alice Found There. London: Macmillan, 1872.

Church, A. **Introduction to mathematical logic**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1956.

Davidson, D., and G. Harman, eds. **Semantics of natural language**. Dordrecht, the Netherlands: D. Reidel, 1972.

Eissfeldt, O. **Molk als opferbegriff im punischen und hebraïschen, und das ende des Gottes Moloch**. Halle (Saale), Germany: M. Niemeyer, 1935.

---

<sup>33</sup> Eu gostaria de agradecer a Sam Wheeler e John Troyer por transcreverem a aula original. Meu agradecimento a Jeff Buechner, Gary Ostertag, e Harold Teichman por seus conselhos editoriais, e especialmente a Romina Padró por conversas úteis e sugestões, e por sua ajuda em produzir a presente versão. Este artigo foi completo com o apoio do *Saul A. Kripke Center* na *City University of New York*, Centro de Graduação.

Evans, G. **The varieties of reference**. Ed. John McDowell. Oxford: Oxford University Press, 1982.

Frege, G. 'Logic'. *In: Posthumous Writings*, ed. and trans. Hans Hermes, 1987.

Friedrich Kambartel, and Friedrich Kaulbach. Chicago: University of Chicago Press, 1979. Reprinted in part in Beaney, 1997. p. 227–250; citations are to the reprint.

Friedrich Kambartel, and Friedrich Kaulbach. 1997. '**Function and concept**'. *In: M. Beaney, 1997. p. 130–348. Translated by P. T. Geach. Originally published In: 1891. Gunderson, K. **Language, Mind, and Knowledge**. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Volume 7. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.*

Hintikka, J. '**Cogito, ergo sum: Inference or Performance?**' *Philosophical Review*, 1962. 71: p. 3–32.

Kripke, S. (1963). '**Semantical considerations on modal logic**'. *Acta Philosophica Fennica*, 1963. 16: p. 83–94. Reprinted, *In: L. Linsky; citations are to the reprint, 1971.*

Kripke, S. **Reference and existence: The John Locke Lectures**. Unpublished, 1973.

Kripke, S. 1980. **Naming and necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press. First published in Davidson and Harman, 1972. p. 253–355, p. 763–69.

Linsky, L. **Reference and modality**. Oxford: Oxford University Press, 1971.

Moore, G. E. (1933). '**Imaginary objects**', *Proceedings of the Aristotelian Society: Supplementary*, v. XII: 55–70. Reprinted in Moore, 1959. p. 102–14.

Moore, G. E.. (1936). '**Is Existence a predicate?**' *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary*, v. XV: 175–188. Reprinted, with apparent changes, *In: Moore, 1959. p. 115–126; citations are to the reprint.*

Moore. **Philosophical papers**. London: George Allen & Unwin, 1959.

Nabokov, V. **Lolita**. New York: Random House. 1st ed., Paris: Olympia, 1955.

Putnam, H. (1975a). '**The meaning of "meaning."**' *In: Gunderson, 1975. Reprinted In: Putnam, 1975b.*

Putnam, H. **Mind, language, and reality: Philosophical Papers**, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975b.

- Quine, W. V. O. **Mathematical logic**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1940.
- Quine, W. V. O. **Word and object**. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.
- Russell, B. **'On denoting'**. *Mind*, 1905. p. 14:479–493.
- Russell, B. **'The philosophy of logical atomism'**. *The Monist*, 1918/1919. 28: p. 495–527, and 29: p. 33–63, p. 190–222, and p. 344–380. Reprinted in Russell, 1988. p. 155–244.
- Russell, B. (1988). **The collected papers of Bertrand Russell**. v. 8: *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays*. Ed. John Slater. London: Routledge, 1914–1919.
- Salmon, N. **'Nonexistence'**. *Nou<sup>^</sup>s* 32: p. 277–319. Reprinted in *Metaphysics, Mathematics, and Meaning: Philosophical Papers*, v. 1. Oxford: Clarendon, 1998. p. 50–90.
- Searle, J. R. (1958). **'Proper names'**. *Mind*, 1958. 67: p. 166–173.
- Strawson, P. F. (1959). **Individuals**. London: Methuen, 1959.
- van Inwagen, P. **'Creatures of fiction'**. *American Philosophical Quarterly* 14: p. 299–308.
- van Inwagen, P. (1983). **'Fiction and metaphysics'**. *Philosophy and Literature*, 1983. 7: p. 67–77.

## DADOS DOS AUTORES

### Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa

Doutor em Filosofia pela UFRGS, Mestre em Filosofia pela UFPE. Atualmente desenvolve pesquisa intitulada "Inferências e Dever-ser" e *Mente e Realidade: por uma re-habilitação da linguagem ordinária? no projeto guarda chuva de Normas, Máximas e Ação com bolsa de PIBIC aprovada no FACEPE para período 2014-2015 (renovação da Bolsa 2013-2014)*. Interessa-se ainda pelas relações entre a lógica e filosofia do real, notadamente, a relação entre a lógica que vai de Aristóteles à Kant e sua recepção por Hegel. Identifica-se ainda de sobremaneira com a filosofia da tradição de C.S.Pierce, P.F. Strawson, Donald Davidson, Wilfrid Sellars, Robert Brandom, John McDowell, Raimo Tuomela entre outros. No direito estuda autores como Henrique Cláudio Lima Vaz, Carl Schmitt, Eric Voegelin, Leo Strauss, Meinecke entre outros. E-mail: [danilo.costa@unicap.br](mailto:danilo.costa@unicap.br)

### Aleph Cedrim Barbalho

Mestre em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) na Linha de Pesquisa em Ética, Fundamentos Morais e Valores Humanos, pesquisando "A Moralização da Natureza Humana em Jürgen Habermas", sob orientação do Prof. Dr. Karl-Heinz Effen. Graduado em Filosofia (Licenciatura) também pela Unicap, no Ano 2020. Professor Voluntário Supervisionado no Pré-Universitário Unicap (2019.2 - Presencial e 2020.2 - Virtual) E-mail: [alephcb@gmail.com](mailto:alephcb@gmail.com)